

**PREGÃO ELETRÔNICO:**

90060/2026

**PROCESSO LICITATÓRIO:**

123/2026

**CONTRATANTE (UASG):**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS (984445)

**OBJETO:**

CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO POR MEIO DE MÁQUINAS DE AUTOATENDIMENTO (VENDING MACHINES), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, ABASTECIMENTO CONTÍNUO, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM 05 (CINCO) LOCAIS PERTENCENTES OU ADMINISTRADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

Até R\$ 72.369,36 por um período de 36 meses.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

09/07/2026 às 09:00h (horário de Brasília/DF)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MAIOR DESCONTO

**MODO DE DISPUTA:**

ABERTO E FECHADO

**EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:**

NÃO - LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

**GUIA PARA O FORNECEDOR (ÚTIL PARA EMPRESAS QUE VÃO PARTICIPAR PELA 1ª VEZ):**

<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90060/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2026**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Divinópolis, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado na Av. Paraná, nº 2.601, nesta cidade, realizará licitação, para realizar a contratação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), do [Decreto Municipal nº 15.995/2023](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1 – DO OBJETO**

**1.1** – Constitui objeto desta licitação concessão onerosa de uso de espaço público para exploração de serviços de alimentação por meio de máquinas de autoatendimento (vending machines), compreendendo o fornecimento, instalação, operação, abastecimento contínuo, higienização e manutenção dos equipamentos em 05 (cinco) locais pertencentes ou administrados pela Prefeitura Municipal de Divinópolis, conforme especificações e quantitativos indicados no Termo de Referência deste Edital.

**1.2** – A licitação será realizada em itens, conforme tabela constante no Anexo I/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para os itens interessados.

**1.3** – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito na Relação de Itens do Sistema Compras.Gov (CATMAT) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**1.4** – As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos pelo telefone nº (37) 3229-8126 e (37) 3229-8101.

**2 – DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** – As regras referentes a contratações serão estipuladas nesse edital e todos seus anexos.

**3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1** – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**3.1.1** – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2** – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3** – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4** – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5** – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), doravante referidos como MPE, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

**3.6** – Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1** – Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.6.2** – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**3.6.3** – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários

**3.6.4** – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.5** – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6** – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404/1976](#), concorrendo entre si;

**3.6.7** – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8** – Agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.6.9** – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

**3.6.10** – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**3.7** – O impedimento de que trata o item **3.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.8** – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.6.2** e **3.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.9** – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.10** – O disposto nos itens **3.6.2** e **3.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.11** – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**3.12** – A vedação de que trata o item **3.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.13** – Por não se enquadrar em quaisquer das hipóteses previstas no [art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006](#), destinou-se esta licitação a ampla participação.

---

#### **4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

**4.1** – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3** – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1** – Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2** – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

**4.3.3** – Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos [III e IV do art. 1º](#) e no inciso [III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**4.3.4** – Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5 - Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**4.4** – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**4.5** – O fornecedor enquadrado como MPE deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [artigos 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**4.5.1** – No item exclusivo para participação de MPE, a assinalação do campo “Não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.5.2** – Nos itens em que a participação não for exclusiva para MPE, a assinalação do campo “Não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.6** – A falsidade da declaração de que trata os itens **4.3** ou **4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

**4.7** – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.8** – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.9** – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.10** – Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.10.1** – A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.10.2** – Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.11** – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.11.1** – Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.11.2** – Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.12** – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da

licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.13** – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.14** – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4.15** - O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, **quando for o caso**, para usufruir do benefício.

---

## **5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

**5.1** – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1** – Valor da outorga e percentual de desconto ofertado.

**5.1.2** – Quantidade cotada, devendo ser igual à quantidade máxima prevista para a contratação.

**5.1.3** – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação da tabela do item 1.1 do Termo de Referência.

**5.2** – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**5.2.1** – O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.3** – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens e prestação dos serviços.

**5.4** – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5** – Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6** – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7** – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.7.1** – O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da apresentação.

**5.7.2** – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de

contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

**5.7.3** – Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

**5.8** – O descumprimento dessas normas pela Administração Municipal ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

---

## **6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

**6.1** – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2** – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.2.1** – Será desclassificada a proposta que identifique o licitante antes fase final de lances.

**6.2.2** – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2.3** – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.2.4** – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.3** – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.3.1** – A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes será exclusivamente via chat da plataforma eletrônica.

**6.4** – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5** – O valor da outorga para a presente contratação corresponde ao montante de **R\$ 72.369,39**, considerando o prazo contratual de 36 meses.

**6.6** – O critério de julgamento será o de **MAIOR DESCONTO** percentual sobre o valor de referência definido no item **6.5**, sendo obrigatório que o desconto ofertado seja superior a 0,1% (zero vírgula um por cento) na proposta inicial.

**6.7** – Esclarece-se que, por impossibilidade técnica da plataforma eletrônica para este objeto específico, o certame será processado sob o tipo "**Maior Desconto**".

**6.7.1** - Para fins de operacionalização no sistema, a licitante deverá ofertar um percentual que, embora nominado pela plataforma como "desconto", será convertido matematicamente em ágio (acréscimo) sobre o valor de referência (VR).



6.7.2 - Dessa forma, a aplicação do critério de julgamento observará as seguintes premissas: **a)** a plataforma eletrônica selecionará a proposta que apresentar o maior índice percentual registrado; **b)** o referido percentual será aplicado sobre o valor de referência (VR) para calcular o valor adicional a ser pago à Administração; **c)** a interpretação do termo "desconto" no sistema deve ser lida estritamente como o fator de incremento do valor da outorga, conforme a fórmula estabelecida no **item 15.6** do Termo de Referência.

6.7.3 - Essa medida visa garantir a compatibilidade entre as funcionalidades do sistema eletrônico e o objetivo da licitação, que é a obtenção da maior proposta econômica para o órgão contratante.

6.7.4 - O critério de julgamento será o de maior ágio percentual sobre o valor de referência definido no **item 1.4**, sendo obrigatório que o percentual ofertado seja superior a 0,1% (zero vírgula um por cento) na proposta inicial.

6.7.5 - O percentual de ágio ofertado será convertido em valor monetário e adicionado à outorga mínima. O montante final apurado deverá ser pago à Contratante em parcela única ou parcelada, observando-se o prazo a ser definido no instrumento contratual.

6.7.6 - A fórmula de cálculo do valor devido pela contratada:

$$VP = VR \times \frac{D}{100}$$

**D** = "Desconto" ou fator de incremento do valor da outorga em percentual (%) ofertado pela licitante;

**VP** = Valor a ser adicionado ao valor da outorga;

**VR** = Valor de referência.

6.7.6.1 - 1º Exemplo ilustrativo:

Caso o licitante deseje apresentar proposta/lance para a instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação no **Centro Administrativo (CEAD)** (item 1), o qual apresenta oferta global mínima fixada em R\$ 12.737,88 (VR), conforme tabela do item 1.4 do Termo de Referência:

- "Desconto" ou fator de incremento ofertado (exemplo): 10%
- Cálculo:  $VP = 12.737,88 \times (10 / 100)$
- Resultado:  $VP = R\$ 1.273,78$  (valor a ser adicionado ao valor da outorga)
- Valor final: R\$ 14.011,66 (valor total a ser pago ao órgão contratante).



6.7.6.2 - Tabela exemplificativa de desconto e resultado de valor da outorga (VR = R\$ 12.737,88):

<b>DESCONTO OFERTADO (D)</b>	<b>VALOR FINAL</b>
<b>10%</b>	R\$ 14.011,66
<b>20%</b>	R\$ 15.285,45
<b>40%</b>	R\$ 17.833,03
<b>80%</b>	R\$ 22.928,18
<b>100%</b>	R\$ 25.475,76

6.7.6.3 - 2º Exemplo ilustrativo:

Caso o licitante deseje apresentar proposta/lance para a Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação no Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) (item 2), o qual apresenta oferta global mínima fixada em R\$ 15.631,20 (VR), conforme tabela do item 1.4 do Termo de Referência:

- “Desconto” ou fator de incremento ofertado (exemplo): 33,50%
- Cálculo:  $VP = 15.631,20 \times (33,50 / 100)$
- Resultado: VP = R\$ 5.236,45 (valor a ser adicionado ao valor da outorga)
- Valor final: R\$ 20.867,65 (valor total a ser pago ao órgão contratante).

6.7.6.4 - 15.6.2.1 – Tabela exemplificativa de desconto e resultado de valor da outorga (VR = R\$ 15.631,20):

<b>DESCONTO OFERTADO (D)</b>	<b>VALOR FINAL</b>
<b>10%</b>	R\$ 17.194,32
<b>20%</b>	R\$ 18.757,44
<b>40%</b>	R\$ 21.883,68
<b>80%</b>	R\$ 28.136,16
<b>100%</b>	R\$ 31.262,40

**6.8 - As propostas serão classificadas em ordem crescente do percentual informado, sendo vencedora aquela que apresentar o maior percentual de desconto. Em caso de empate, aplicar-se-ão os critérios previstos na legislação.**

**6.9 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.**

**6.10 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.**

**6.11 – Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

**6.11.1** – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.11.2** – Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11.3** - Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**6.11.4** – No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.11.5** – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11.6** – Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.12** – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13** – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14** – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15** – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16** – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17** – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

**6.18** - Ao final da fase de lances, **se for o caso**, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.18.1** - Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**6.18.2** - Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**6.19** – Em relação a itens não exclusivos para participação de MPE, uma vez encerrada a etapa de lances,

será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MPEs participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#).

**6.19.1** - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

**6.19.2** - O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**6.19.3** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.19.4** - A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.19.5** - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.19.6** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.19.7** - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**6.20** – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.20.1** – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

**6.20.1.1** – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.20.1.2** – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.20.1.3** – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.20.1.4** – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações

dos órgãos de controle.

**6.20.2** – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.20.2.1** – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.20.2.2** – Empresas brasileiras;

**6.20.2.3** – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

**6.20.2.4** – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

**6.20.3** – Caso não seja possível o desempate observando os critérios anteriores, a plataforma eletrônica promoverá o sorteio do item entre as propostas empatadas.

**6.21** – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.21.1** – Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**6.21.2** – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.21.3** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.21.4** – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.21.5** – O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da documentação de habilitação e técnica, e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

**6.21.6** – O Pregoeiro, a seu critério, poderá solicitar, concomitantemente, a proposta realinhada dos demais classificados, para julgamento técnico.

**6.21.7** – É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.22** – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

---

## **7 – DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

---

**7.1** – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção

que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1** – SICAF;

**7.1.2** – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**7.1.3** – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

**7.1.4** – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:2:107185452077464::NO:2::>).

**7.1.5** – Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**7.2** – A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**7.2.1** -A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**7.3** – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

**7.3.1** – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**7.3.2** – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**7.3.3** – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4** - Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5** - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

**7.5.1** - Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**7.6** - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7** – No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**7.8** – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro

examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**7.9** – Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.9.1** – Contiver vícios insanáveis;

**7.9.2** – Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;

**7.9.3** – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.9.4** – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.9.5** – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.10** – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10.1** – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.10.2** - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.10.3** - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**7.10.3.1** - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.10.3.2** - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.11** – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**7.11.1** – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.11.2** – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.12** – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.13** – Caso o **Termo de Referência** exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no **Termo de Referência**, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.14** – Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais



licitantes.

**7.15** – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.16** – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.17** – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no **Termo de Referência**.

---

## **8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO**

---

**8.1** – Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**8.1.1** – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2** – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por cópia.

**8.2.1** – A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Pregoeiro, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**8.3** – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**8.4** – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**8.5** – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.5.1** – O agente de contratação/pregoeiro poderá solicitar, a título de diligência, a apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social disponível em <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>.

**8.6** – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.7** – A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.7.1** – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante



apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**8.8** – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**8.8.1** – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**8.9** – A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.9.1** – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta realinhada, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro,, que se dará após a fase de disputa primando pelos princípios da celeridade e da eficácia, devendo ser observados os ritos legais quanto a ordem das fases.

**8.10** – A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.10.1** – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.11** – Após a entrega dos documentos para habilitação dentro do horário previsto, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64](#), e [IN SEGES 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**8.11.1** – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.11.2** – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.12** – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.13** – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**8.14** – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.15** – O licitante enquadrado como MPE deverá anexar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do [art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006](#).

**8.16** – Para fins de Habilitação Jurídica, será verificado se o licitante apresentou, de acordo com o seu enquadramento:

**8.16.1 – Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**8.16.2 – Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no portal <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**8.16.3 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.16.4 – Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020](#).

**8.16.5 – Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.16.6 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.16.7 – Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971](#).

**8.16.8 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

**8.17 – Para fins de Habilitação Fiscal, Social, e Trabalhista será verificado se o licitante apresentou:**

**8.17.1 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.17.2 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**

**8.17.3 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452/1943](#).

**8.17.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**8.17.5 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**8.17.6 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a**

apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.17.7** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.18** – Para fins de Habilitação Econômico-Financeira será verificado se o licitante apresentou:

**8.18.1** – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sua sede nos termos do [art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**8.19** – Para fins de **Habilitação Técnica** será verificado se o licitante apresentou:

**8.19.1** – A empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de serviços similares aos exigidos no Termo de Referência, em quantitativo compatível.

**8.19.2** – A contratada deverá declarar que possui equipe própria ou contratada capacitada para execução integral dos serviços deste documento.

**8.20** – Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital.

---

## 09 – DO TERMO DE CONTRATO

---

**09.1** – A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital, do seu **Termo de Referência** e da proposta vencedora, conforme a **Minuta de Contrato** que integra este ato convocatório (**Anexo III**).

**09.2** – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias corridos**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**09.2.1** – O Contrato será assinado digitalmente através do sistema de gestão da Prefeitura de Divinópolis, o Betha Cloud.

**09.2.2** – O documento será enviado ao fornecedor via sistema Betha Assinatura e a notificação será enviada via *e-mail* juntamente com o manual de instrução para cadastro e validação de assinatura.

**09.3** – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**09.4** – Quando a adjudicatária não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, observado o direito de preferência das MPEs, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

**09.5** – Poderá a licitante ser desclassificada até a contratação, se a Administração Municipal tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, será efetuada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**09.6** – A duração do Contrato que vier a ser assinado será de **36 (trinta e seis) meses**, contado a partir do primeiro dia útil à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, nos termos e limites dos [artigos](#)

[106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.](#)

**09.7** – O Contrato poderá ser alterado ou atualizado para mais ou para menos conforme a realidade do mercado e conforme as disposições dos artigos 124 e seguintes da [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e da Minuta de Contrato.

**09.8** – O Contrato poderá ser cancelado total ou parcialmente nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e na Minuta de Contrato.

---

## **10 – DA GESTÃO DO CONTRATO, FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

---

**10.1** – O órgão responsável pela gestão e controle do Contrato decorrente desta licitação será a Prefeitura de Divinópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia (SEPLAG), na pessoa dos servidores indicados no **Termo de Referência**.

**10.2** – Os serviços serão executados de forma contínua sob as condições do **Termo de Referência**.

**10.3** – Os serviços serão executados nos diversos setores da Prefeitura de Divinópolis mencionados no **Tópico 7 do Termo de Referência** cujos endereços estão indicados na página <http://177.69.246.150/portal/paginas/listatel/listatel.php>.

**10.4** – Reserva-se à Administração o direito de não aceitar serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a contratação e aplicar as sanções estipuladas.

**10.5** – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas produtos em que se verifiquem irregularidade.

**10.6** – A Prefeitura de Divinópolis, através dos servidores indicados no **Termo de Referência**, exercerá a fiscalização da execução do objeto deste certame e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**10.7** – As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura de Divinópolis em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto do contrato.

**10.8** – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

---

## **11 – DOS RECURSOS**

---

**11.1** – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**11.2** – O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3** – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1** – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

**11.3.2** – O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.

**11.3.3** – O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9** – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

---

## **12 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

**12.1** – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1** – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

**12.1.2** – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.2.1** – Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2** – Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3** – Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4** – Deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5** – Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

**12.1.3** – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**12.1.3.1** – Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**12.1.4** – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**12.1.5** – Fraudar a licitação.

**12.1.6** – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial

quando:

**12.1.6.1** – Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

**12.1.6.2** – Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**12.1.6.3** – Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**12.1.7** – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**12.1.8** – Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).

**12.2** – Com fulcro na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1** – Advertência.

**12.2.2** – Multa.

**12.2.3** – Impedimento de licitar e contratar.

**12.2.4** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.3** – Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1** – A natureza e a gravidade da infração cometida.

**12.3.2** – As peculiaridades do caso concreto.

**12.3.3** – As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**12.3.4** – Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**12.3.5** – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4** – A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.4.1** – Para as infrações previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**12.4.2** – Para as infrações previstas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**12.5** – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6** – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7** – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8** – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar,



em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

**12.9** – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).

**12.10** – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11** – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12** – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13** – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14** – A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**12.15** – Além das sanções previstas neste tópico, aplicam-se ao fornecedor, na execução da contratação, as multas previstas na **Cláusula 11** da Minuta de Ata de Registro de Preços e da Minuta de Contrato.

---

### **13 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

---

**13.1** – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

**13.2** – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3** – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por correio eletrônico no endereço [preletronico@gmail.com](mailto:preletronico@gmail.com).

**13.4** – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4.1** – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser



motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.5** – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

---

## **14 – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DOS PAGAMENTOS**

---

**14.1** – Não se aplica ao objeto deste Edital, uma vez que o pagamento é realizado pela Contratada.

**14.2** - O pagamento deverá ser realizado até dia 05 (cinco) do mês subsequente, via Guia de Recolhimento, ficando a contratada sujeita à multa contratual, acrescido de juros moratórios.

**14.3** - A Contratada deverá encaminhar à contratante, em até 3 (três) dias após o vencimento, o comprovante de recolhimento referente aos encargos mensais. Somente após a comprovação, as obrigações financeiras serão consideradas quitadas.

**14.4** - Caso ocorra atraso no pagamento ele sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião.

---

## **15 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

---

**15.1** - Não haverá exigência de garantia de execução do contrato.

---

## **16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

**16.1** – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**16.2** – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**16.3** – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

**17.4** – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5** – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6** – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7** – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.8** – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.9** – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**16.10** – As cláusulas referentes às **obrigações pertinentes à LGPD, à legislação anticorrupção e à**

**responsabilidade socioambiental** encontram-se devidamente previstas na minuta da ata de registro de preços ou contrato, conforme o caso, constante como anexo deste edital.

**16.11** – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e endereços eletrônicos [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.divinopolis.mg.gov.br](http://www.divinopolis.mg.gov.br).

**16.12** – Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução da Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**16.13** – O Edital, Termo de Referência, minutas, planilhas, anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si.

**16.14** – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**16.14.1** – Anexo I – Relatório de Especificação e Estimativa de Preço.

**16.14.2** – Anexo II – Modelo de Proposta.

**16.14.3** – Anexo III – Minuta de Contrato.

**16.14.4** – Termo de Referência.

Divinópolis, junho de 2026.

**THIAGO NUNES LEMOS**

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DIVINÓPOLIS**

AVENIDA PARANÁ, 2601 - SÃO JOSÉ - Divinópolis  
CEP: 35501-170 CNPJ: 18.291.351/0001-64 Telefone: (37) 3229-8100  
E-mail: contabilidade@divinopolis.mg.gov.br Site: http://www.divinopolis.mg.

Página: 1 / 1

**PREGÃO ELETRÔNICO**

Nr.: 60/2026 - PE

Processo Administrativo: **123/2026**

Data do Processo: **09/06/2026**

**ANEXO I**  
**RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	1,000	UN	CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO - Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Centro Administrativo (CEAD)	12.737,8800	12.737,88
2	1,000	UN	CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO - Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)	15.631,2000	15.631,20
3	1,000	UN	CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO - Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Terminal Rodoviário.	15.631,2000	15.631,20
4	1,000	UN	CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO - Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	12.737,8800	12.737,88
5	1,000	UN	CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO - Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Policlínica	15.631,2000	15.631,20
(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	72.369,36

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Nome do licitante: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço Completo: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Responsável pela assinatura do contrato: \_\_\_\_\_  
E-mail (pessoal) do responsável pela assinatura do contrato: \_\_\_\_\_  
E-mail (comercial): \_\_\_\_\_  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº123/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.060/2026/ \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO	PERÍODO (MESES)	DESCONTO (EM %)	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL
1	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Centro Administrativo (CEAD)	36			
2	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)	36			
3	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Terminal Rodoviário.	36			
4	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	36			
5	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: Policlínica	36			
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme edital.

PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS OFERTADOS: Conforme edital e Termo de Referência.

AGÊNCIA \_\_\_\_\_. CONTA BANCÁRIA \_\_\_\_\_. NOME DA AGÊNCIA \_\_\_\_\_.

**Observações:**

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal da empresa)

Nome

RG/CPF

### ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026, QUE FAZEM ENTRE  
SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_ E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS**, com sede na Avenida Paraná, 2.601, CEP 35.501-170, na cidade de Divinópolis em Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.291.351/0001-64, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de \_\_\_\_ (**nome da Secretaria**), o(a) Sr.(a) \_\_\_\_ (**cargo e nome do gestor**), portador do CPF nº \_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_ (**nome da empresa em caixa alta**), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_ (**nº CNPJ**), sediada na \_\_\_\_ (**endereço da empresa**), doravante designada CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_ (**nome do representante legal**), portador do CPF nº \_\_\_\_, **conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no Processo nº 123/2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 15.980/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.060/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

**1.1** – O objeto do presente instrumento é a concessão onerosa de uso de espaço público para exploração de serviços de alimentação por meio de máquinas de autoatendimento (vending machines), compreendendo o fornecimento, instalação, operação, abastecimento contínuo, higienização e manutenção dos equipamentos em 05 (cinco) locais pertencentes ou administrados pela Prefeitura Municipal de Divinópolis, conforme especificações e quantitativos indicados no Termo de Referência deste Edital, nas condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

**1.2** – Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

**1.3** – Vinculam-se a este Contrato, independentemente de transcrição:

**1.3.1** – O **Termo de Referência**;

**1.3.2** – O Edital da Licitação;

**1.3.3** – A proposta do CONTRATADO;

**1.3.4** – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

---

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

---

**2.1** – O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.2** – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3** – O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4** – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5** – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.6** – O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

---

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

---

**3.1** – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

---

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

---

**4.1** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, sem prévia e formal anuência da contratante conforme item 11.18 do Termo de Referência.

---

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

---

**5.1** – O valor total da contratação é até R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

**5.2** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3** – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

---

### **CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E PAGAMENTOS (art. 92, V, VI e VIII)**

---

**6.1** – Não se aplica dotação ao objeto deste Contrato.

**6.2** – O pagamento deverá ser realizado até dia 05 (cinco) do mês subsequente, via Guia de Recolhimento, ficando a contratada sujeita à multa contratual, acrescido de juros moratórios.

**6.3** - A Contratada deverá encaminhar à contratante, em até 3 (três) dias após o vencimento, o comprovante de recolhimento referente aos encargos mensais. Somente após a comprovação, as obrigações financeiras serão consideradas quitadas.

**6.4** – Caso ocorra atraso no pagamento ele sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião.

---

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

---

**7.1** – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**7.2** – Após o interregno de um ano, mediante solicitação formalizada pelo CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3** – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4** – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5** – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6** – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7** – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para



reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8** – O reajuste será realizado por apostilamento.

---

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

---

**8.1** – São obrigações do CONTRATANTE:

**8.2** – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital, o **Termo de Referência** e este Contrato.

**8.3** – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

**8.4** – Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**8.5** – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

**8.5.1** - Fiscalizar, durante toda a execução contratual, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, inclusive quanto a cota de aprendizes pela empresa contratada, consistente na obrigação de empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações;

**8.6** – Comunicar o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.7** – Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no **Termo de Referência**.

**8.8** – Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**8.9** – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

**8.10** – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.10.1** – A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.11** – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.12** – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.13** – Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.14** – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

---

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

---

**9.1** – O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2** – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**9.3** – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, quando for o caso.

**9.4** – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**9.5** – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

**9.6** – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.7** – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.8** – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

**9.9** – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**9.10** – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos,

garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**9.11** – Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.12** – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**9.13** – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.14** – Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**9.15** – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.15.1 – Priorizar a contratação de aprendizes adolescentes, entre 14 e 18 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial nº 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023; para o exercício das atividades que demandem formação profissional.

**9.16** – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**9.17** – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021).

**9.18** – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**9.19** – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**9.20** – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.21** – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

**9.22** – Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

**9.23** – Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às

recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

**9.24** – Realizar os serviços de manutenção dos equipamentos e assistência técnica, caso necessário.

**9.25** – Observar quaisquer outras obrigações previstas neste Contrato, no Edital e no **Termo de Referência**.

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

---

**10.1** – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2** – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3** – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4** – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**10.5** – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6** – É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7** – O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8** – O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9** – O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10** – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1** – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11** – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.12** – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**10.12.1** – As comunicações descritas no *caput* serão consideradas como efetuadas por meio da realização da devida publicação no PNCP, até que seja editada regulamentação correspondente pela autoridade nacional.

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

---

**11.1** – As partes declaram ciência quanto às normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, mas não se limitando, a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem a cumpri-las e a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro, por si e por seus sócios, representantes, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento por terceiros eventualmente contratados por elas.

**11.2** – As partes, com relação à execução das atividades objeto do presente contrato, comprometem-se a não dar, oferecer, pagar, prometer pagar, bem como a aceitar, solicitar ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor, seja em forma de doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, a quaisquer autoridades governamentais, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do Governo, seja em âmbito Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para qualquer pessoa violando as Leis Anticorrupção.

**11.3** – Cada uma das partes se compromete a comunicar por escrito à outra parte caso tome conhecimento de qualquer descumprimento ou potencial violação às Leis Anticorrupção relacionados às atividades vinculadas ao objeto deste Contrato.

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

---

**12.1** – As Partes se comprometem a:

- i. cumprir o disposto na Política Nacional de Meio Ambiente e demais legislações correlatas, adotando medidas preventivas e corretivas necessárias para evitar danos ao meio ambiente decorrentes da execução contratual;
- ii. manter, no que couber, suas obrigações, licenças, autorizações e demais exigências legais pertinentes à atividade desenvolvida em situação regular junto aos órgãos ambientais competentes, durante o prazo de vigência deste Contrato;
- iii. comunicar qualquer situação ou verificação de não conformidade em que esteja eventualmente envolvida e relacionada à execução do objeto contratual, referente à legislação ambiental em vigor.

**12.2** – A Contratada declara que não utiliza, em nenhuma etapa de suas atividades, mão de obra infantil prejudicial e formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado. Considera-se trabalho infantil aquele proibido pela legislação brasileira, ressalvada a condição de aprendiz, nos termos legais. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição.

**12.3** – As Partes se comprometem a pautarem suas condutas pelos princípios da legalidade, moralidade, dignidade da pessoa humana, igualdade e não discriminação, vedando qualquer prática discriminatória no âmbito da execução contratual.

---

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XII)**

---

**13.1** – Não haverá exigência de garantia de execução do contrato.

---

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

---

**14.1** – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**14.2** – Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- iv. **Multa:**
  - a) Moratória de 0,5% (cinco décimos de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
  - b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
  - c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
  - d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 8% (oito por cento) a 12%



(doze por cento) do valor do Contrato.

- e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem **14.1**, a multa será de 4% (quatro por cento) a 8% (oito por cento) do valor do Contrato.
- f) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem **14.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos de por cento) a 4% (quatro por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as infrações específicas indicadas no **Termo de Referência**.

**14.3** – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**14.4** – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**14.4.1** – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**14.5** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**14.6** – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.7** – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.8** – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.9** – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159).

**14.10** – A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica



sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

**14.11** – O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021).

**14.12** – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.13** – Os débitos do CONTRATADO para com a administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

---

**15.1** – O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**15.2** – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**15.3** – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**15.4** – Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**15.5** – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.5.1** – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

**15.5.2** – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**15.5.2.1** – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**15.6** – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**15.6.1** – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.6.2** – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.6.3** – Indenizações e multas.

**15.7** – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**15.8** – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

---

**16.1** – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 15.980/2023, e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

---

**17.1** – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**17.2** – O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3** – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

**17.4** – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

---

**18.1** – Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na *internet* da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG.

---

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art – 92, §1º)**

---

**19.1** – Fica eleito o foro de Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

---

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO**

---

**20.1** – Gestor(a) da contratação: (nome) – Cargo: (cargo) – Matrícula: (nº da matrícula).

**20.2** – Fiscal(is) da contratação: (nome) – Cargo: (cargo) – Matrícula: (nº da matrícula).

Divinópolis, \_\_\_\_ de 2026.

(assinado digitalmente)

**CONTRATADO**

Nome do Representante legal da Empresa

Nome da empresa

Nº do CNPJ

(assinado digitalmente)

**CONTRATANTE**

Nome do Secretário(a)/Superintendente

Cargo

(assinado digitalmente)

**FISCAL DO CONTRATO**

Nome do fiscal

Cargo

## Assinantes



Thiago Nunes Lemos

Assinou em 23/06/2026 às 11:33:37 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF \*\*\*.386.796-\*\*.

Eu, Thiago Nunes Lemos, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**MXQ-3KM-PM8-LQ0**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 – DO OBJETO

**1.1** - Este Termo de Referência define as condições, os critérios e as regras técnicas para escolher a proposta mais vantajosa para o Município de Divinópolis/MG. A seleção será feita por pregão eletrônico e tem como objetivo dar o direito de instalação de máquinas de autoatendimento (*vending machines*) para exploração de serviços de alimentação em imóveis administrados pela Prefeitura.

**1.2** - O serviço inclui fornecer, instalar, operar, abastecer e fazer a manutenção de **cinco pontos de autoatendimento** detalhados nos itens 1.4 e 5.2. A escolha dos tipos de máquinas a serem instaladas nos locais fica a critério da contratada, desde que seja garantida a instalação de, no mínimo, uma máquina de lanches (*snacks*) e bebidas frias por ponto.

**1.3** - A empresa que ganhar a licitação assume todos os custos de operação, logística e manutenção. O Município apenas fiscaliza o serviço e recebe o pagamento pela ocupação do espaço. Este modelo não gera gastos para a prefeitura e garante uma receita mensal, composta pelo valor do uso da área mais o ressarcimento das despesas.

**1.4** – Da especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	PERÍODO (MESES)	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL
1	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: <b>Centro Administrativo (CEAD)</b>	36	R\$ 353,83	R\$ 12.737,88
2	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: <b>Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)</b>	36	R\$ 434,20	R\$ 15.631,20
3	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: <b>Terminal Rodoviário.</b>	36	R\$ 434,20	R\$ 15.631,20
4	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: <b>Unidade de Pronto Atendimento (UPA)</b>	36	R\$ 353,83	R\$ 12.737,88
5	Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação: <b>Policlínica</b>	36	R\$ 434,20	R\$ 15.631,20
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 2.010,26</b>	<b>R\$ 72.369,36</b>

**1.5** – Serão instalados 5 (cinco) pontos de autoatendimento. Com isso, o valor unitário se refere ao valor estimado a ser pago pelo espaço somado às despesas referentes à energia elétrica e outros custos inerentes ao uso do espaço, conforme item 9.6.1 deste termo, não englobando os gastos com manutenção do maquinário, sua instalação e vigilância, visto que serão de responsabilidade da contratante.

**1.6** – Pela ocupação será cobrado o maior valor ofertado pela utilização do espaço, não podendo ser inferior ao valor mínimo estabelecido.

**1.7** – A estimativa de preços é precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 15.500/2022, conforme documento que acompanhará o processo administrativo.

## **2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2.1** - A demanda que enseja a elaboração deste instrumento se fundamenta na imperiosa necessidade de aprimoramento da infraestrutura de suporte, acolhimento e conveniência destinada aos servidores públicos e aos cidadãos que circulam e permanecem diariamente nas dependências das unidades sob responsabilidade da Administração Municipal de Divinópolis/MG. Constatou-se, mediante análise fática, a inexistência ou a manifesta insuficiência de opções para o fornecimento ágil e ininterrupto de alimentação básica e hidratação nesses locais, situação que se agrava severamente em períodos que extrapolam o horário comercial padrão, bem como durante os finais de semana e feriados.

**2.2** - Por conseguinte, o problema identificado atinge com maior gravidade os locais de alta rotatividade e funcionamento contínuo, a exemplo da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e do Terminal Rodoviário Municipal. Nesses ambientes, os usuários, os pacientes e seus acompanhantes, bem como os servidores em regime de plantão, frequentemente enfrentam longos períodos de espera sem acesso facilitado a lanches rápidos ou bebidas, em virtude da distância física de estabelecimentos comerciais tradicionais ou do encerramento das atividades destes no período noturno.

**2.3** - Ademais, unidades de elevado fluxo diário em horário comercial, como a Policlínica, o Centro Administrativo (CEAD) e o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), concentram um contingente significativo de pessoas que demandam soluções de autoatendimento intra-muros. A ausência dessas facilidades obriga o deslocamento para fora do recinto público, o que compromete a otimização do tempo dos servidores e reduz a comodidade conferida aos visitantes. Assim, a implementação dos conjuntos automatizados de bebidas e *snacks* surge como a resposta técnica contemporânea capaz de suprir essa lacuna de forma eficiente, higiênica e contínua, elevando a qualidade do ambiente de trabalho e o padrão de acolhimento institucional.

### 3 – JUSTIFICATIVA

**3.1** - O uso de espaços públicos para máquinas de autoatendimento foi escolhido por ser um modelo mais eficiente e que aproveita melhor os imóveis municipais. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) mostrou que gerir o serviço diretamente ou abrir lanchonetes comuns seria inviável, tornando as máquinas a melhor opção técnica e econômica.

**3.2** - Se a prefeitura fosse gerir o serviço, teria que gastar muito dinheiro comprando máquinas e estoques, além de usar servidores para tarefas que não são sua função principal. Já lanchonetes comuns exigem reformas grandes e funcionam apenas em horário comercial, o que não resolve a falta de comida durante plantões noturnos ou finais de semana.

**3.3** – A definição dos modelos e tipos de máquinas de autoatendimento (*vending machines*) a serem instaladas fica a critério da contratada para garantir a viabilidade operacional do negócio. Esta flexibilidade se justifica pela possível inviabilidade técnica de instalações hídricas em determinados prédios públicos para máquinas de bebidas quentes, permitindo que a empresa adapte a solução à infraestrutura disponível em cada localidade.

**3.4** – A autonomia da contratada na escolha do maquinário permite também o ajuste do mix de produtos conforme a demanda específica de cada ponto. Locais como a UPA e o Terminal Rodoviário apresentam maior demanda por produtos de consumo rápido e hidratação (sucos e águas), enquanto o Centro Administrativo e a Policlínica possuem fluxo voltado para lanches industrializados e bebidas que acompanham o horário de expediente regular.

**3.5** – As máquinas ocupam pouco espaço (de um a dois metros quadrados) e transferem todo o risco do negócio para a empresa. O risco sanitário também é menor, pois os produtos são industrializados e lacrados, o que facilita a fiscalização da validade.

**3.6** – A licitação garante que todos participem em igualdade e que o Município escolha a melhor oferta financeira. O projeto moderniza o atendimento ao cidadão e aos servidores sem gastar dinheiro público, respeitando a economia e o desenvolvimento sustentável.

### 5 – DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**5.1** - O projeto consiste em dar o uso de cinco pontos de até quatro metros quadrados cada. Nesses locais, serão instaladas máquinas a critério da contratada. Cada ponto deve ter, ao menos, uma máquina de lanches e bebidas frias.

**5.2** - A distribuição estratégica dos pontos de instalação dar-se-á nos seguintes imóveis, conforme fotos anexas ao termo:

- a) Centro Administrativo (CEAD)**, situado na Avenida Paraná, número 2.601, bairro São José;
- b) Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)**, localizado na Avenida Getúlio Vargas, número 121, Centro;
- c) Terminal Rodoviário**, fixado na Avenida JK, número 1.361, Centro;
- d) Unidade de Pronto Atendimento (UPA)**, situada na Rua Nilo Maciel, número 241, bairro Ponte Funda;



**e) Policlínica**, localizada na Rua São Paulo, número 10, Centro.

## **6 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS MÁQUINAS DE AUTOATENDIMENTO E DOS PRODUTOS**

**6.1** – Os equipamentos deverão atender às exigências das normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente aquelas regulamentadas por órgãos oficiais de controle de qualidade, como o INMETRO ou entidade equivalente.

**6.2** - No início das atividades, a contratada fica obrigada a apresentar documentação das máquinas, tais como: nota fiscal, registro de importação, guias de importação, manuais, notas de garantias, etc., que constem características técnicas, operacionais, de manutenção, instalação e funcionamento das máquinas ofertadas

**6.3** – A exploração do espaço público terá caráter estritamente mercantil e somente poderá ser utilizada para o fim a que se destina, vedada a alteração de uso.

**6.4** – Os serviços de alimentação deverão ser prestados de forma contínua e ininterrupta, observando rigorosamente as normas higiênico-sanitárias, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no Edital de Licitação e Termo de Referência.

**6.5** – O contratado deverá fornecer “snacks” de qualidade comprovada e procedência idônea, obedecendo às normas de segurança alimentar e de vigilância sanitária.

**6.6** – A contratada deverá ofertar à comunidade usuária produtos de alimentação processados, podendo ampliar o cardápio com itens semelhantes, vedada, entretanto, a comercialização de produtos in natura.

**6.7** – Devem ser ofertados, **ao menos**, os seguintes itens:

**6.7.1** - Bebidas Frias: Água mineral sem gás (no mínimo com 300ml), Água mineral com gás (no mínimo com 300ml), Refrigerante lata (no mínimo com 220ml), Suco caixa/lata (no mínimo com 200 ml), Chá gelado caixa/garrafa (no mínimo com 300ml), Achocolatado em caixa (no mínimo com 200ml) e Água de coco em caixa (no mínimo com 200ml).

**6.7.2** – Lanches/Snacks: Pacote de bolacha (doces e salgadas), Pacote de salgadinho, Barra de chocolate, Barra de chocolate diet e Barra de cereais.

**6.8** – Os preços dos produtos deverão estar afixados em local visível ao público.

**6.9** - As máquinas disponibilizadas pela contratada deverão apresentar características tecnológicas contemporâneas, configurando-se como equipamentos totalmente automáticos, equipados com interface de comunicação interativa (display eletrônico) em língua portuguesa, devendo garantir plena acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em observância à legislação vigente.

**6.10** – Os produtos ofertados deverão apresentar, de forma clara e visível, o prazo de validade em embalagens íntegras.

**6.11** - Cada equipamento destinado ao fornecimento de *snacks* e bebidas frias deverá possuir capacidade volumétrica e mecânica para disponibilizar um mínimo de trinta e seis seleções distintas

de produtos, assegurando assim a diversidade nutricional aos consumidores. Quanto às máquinas de bebidas quentes (caso instaladas por opção da contratada) deverão ter Capacidade mínima para 16 seleções e 400 copos descartáveis (conforme especificações da NBR/ABNT 14.865/2002).

**6.12** - A seleção dos produtos deverá ocorrer por meio de acionamento individual intuitivo, com botões visíveis e de fácil manuseio, equipado com tecnologia de sensores infravermelhos de queda que garantam a efetiva entrega do produto ou a imediata reversão do crédito ao usuário em caso de falha no mecanismo espiral de distribuição.

**6.13** - No que tange à infraestrutura de pagamentos e à inteligência de dados, a plataforma tecnológica das máquinas deverá obrigatoriamente abranger um ecossistema de transações diversificado, contemplando as seguintes modalidades integradas: PIX, leitores de cartões de crédito e de débito compatíveis com a tecnologia de pagamento por aproximação, validadores físicos de cédulas e moedas de curso legal no Brasil, com sistema automatizado de devolução de troco exato.

**6.14** – Todos os insumos deverão ser compatíveis com uso em máquinas de autoatendimento, e os equipamentos devem operar com baixo nível de ruído.

**6.15** – Ao lado de cada máquina deverão ser disponibilizadas lixeiras para descarte adequado.

**6.16** – É fundamental que todos os serviços estejam de acordo com normas e regulamentos vigentes, visando a segurança dos colaboradores e do público em geral, com observância das normas aplicáveis.

**6.17** – As máquinas de bebidas geladas e *snacks* deverão ter as seguintes especificações **aproximadas**:

Característica	Especificação Aproximada
Altura (cm)	170
Largura (cm)	70
Profundidade (cm)	80
Peso (Kg)	200
Tensão (V)	Bivolt
Consumo Energia	Máximo de 150
Potência (W)	Máximo de 350
Autonomia Mínima	200

**6.18** – Os equipamentos ofertados podem possuir especificações próximas às apresentadas, admitindo-se variações razoáveis com equivalência técnica comprovada mediante documentação adequada, como catálogos técnicos, fichas de especificações, laudos de desempenho ou certificados de conformidade emitidos por entidades reconhecidas.

**6.19** – A seleção dos produtos a serem fornecidos aos usuários deverá ser feita via dispositivo de acionamento individual, realizando a distribuição de produtos de forma individualizada.

**6.20** – As máquinas deverão possuir botões visíveis e intuitivos para cada opção de bebida e produto.

**6.21** – Deverão ser acessíveis às pessoas portadoras de necessidades especiais.

**6.22** – A listagem dos produtos a serem comercializados deverá ser apresentada a equipe de fiscalização do contrato, no início das atividades e sempre que solicitada, para análise e aprovação.

**6.23** – Deverão ser fornecidos produtos de primeira linha, vendidas nacionalmente.

**6.24** – Todas as despesas dos insumos utilizados para abastecimento das máquinas serão de responsabilidade da empresa contratada.

**6.25** – Os produtos oferecidos deverão ter clareza do prazo de validade, voltado para o consumidor final, em embalagens íntegras.

**6.26** – O abastecimento dos insumos deverá ser realizado na periodicidade necessária para assegurar que as máquinas não fiquem desabastecidas, sendo 1 (uma) vez por semana a periodicidade mínima do abastecimento;

**6.27** – Em cada visita para abastecimento de insumos deverá ser efetuada a higienização das máquinas;

## **7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS EMPRESAS LICITANTES**

**7.1** – A empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de serviços similares aos exigidos neste Termo de Referência, em quantitativo compatível.

**7.3** – A contratada deverá declarar que possui equipe própria ou contratada capacitada para execução integral dos serviços deste documento.

**7.4** – A empresa deverá possuir aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem qualificar cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

**7.5** – Além da capacidade técnica mencionada, contratada deverá comprovar, por meio das respectivas certidões, capacidade jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **8 – DA VALIDADE DA CONTRATO**

**8.1** – O prazo de vigência do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, tendo início a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme limites legais. Tal prazo se justifica pela exigência de investimentos iniciais em equipamentos e logística de instalação. Este período assegura a viabilidade econômica do negócio e a amortização dos custos operacionais, garantindo a continuidade e a estabilidade na prestação dos serviços.

## **9 – DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**9.1** – Início da execução do objeto: após a assinatura do contrato, a contratante terá 5 (cinco) dias úteis para liberar o espaço físico para o contratado e emitir ordem de serviço para início das atividades.

**9.2** – Após a liberação, a contratada terá 15 (quinze) dias para vistoriar o local e iniciar as atividades, fazendo as instalações elétricas e de água, quando necessárias.

**9.3** – Quando solicitada a mudança de localidade de máquina já instalada, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para finalizar alteração de localidade, deixando as máquinas em perfeito estado de funcionamento. Os custos e despesas decorrentes da mudança de localidade, inclusive o transporte, ocorrerá por conta da contratada.

**9.4** – Os prazos poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período. A prorrogação está condicionada a apresentação de justificativa técnica.

**9.5** – A contratada deverá assegurar livre acesso da Prefeitura à fiscalização e inspeção da área, bem como da documentação pertinente.

**9.6** - O ressarcimento mensal pelos custos de energia elétrica e água será calculado, pelo fiscal, proporcionalmente ao consumo de cada máquinas, utilizando-se como parâmetro as especificações técnicas de consumo apresentada.

**9.6.1** - Para a energia elétrica, o valor será obtido pela multiplicação do consumo em kWh pela tarifa comercial vigente da CEMIG em cada local, conforme detalhado na tabela de custos estimados abaixo, utilizando como teto o consumo máximo por máquina:

PONTO	TARIFA kWh	CUSTO/MÊS
CEAD	R\$ 0,59008655	R\$ 88,51
UPA	R\$ 0,59008655	R\$ 88,51
Policlínica	R\$ 1,12585890	R\$ 168,88
CAC	R\$ 1,12585890	R\$ 168,88
Rodoviária	R\$ 1,12585890	R\$ 168,88

**9.6.2** - Os valores indicados na tabela poderão sofrer alterações sempre que houver reajuste ou modificação das tarifas praticadas pela CEMIG.

**9.6.3** - Para o consumo de água, aplicar-se-á a estimativa de vazão técnica sobre a tarifa praticada pela COPASA.

**9.6.4** - Caso a contratada opte pela instalação de máquina de bebidas quentes que utilize abastecimento hídrico, o fiscal do contrato realizará o cálculo específico do ressarcimento de energia e água com base nos consumos técnicos informados pelo fabricante para esse equipamento, mediante termo aditivo ao instrumento contratual.

**9.6.5** - O cálculo base de ambos os insumos considerará a operação contínua de 24 (vinte e quatro) horas diárias, a menos que a empresa contratada apresente comprovação técnica idônea de período inferior de funcionamento ou instale dispositivos de medição individualizada.

**9.7** - As instalações e manutenções de natureza elétrica necessárias ao funcionamento dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada. Toda intervenção deverá ser previamente comunicada, por documento, ao gestor do contrato, para análise e aprovação

- 9.8** – As máquinas devem permanecer abastecidas e estarem à disposição dos usuários, salvo nos períodos de manutenção e/ou reposição dos gêneros, com comunicação prévia ao gestor do contrato.
- 9.9** – Os espaços utilizados para a instalação das máquinas estarão dispostos em imóveis públicos, podendo haver modificações de locais no decorrer da vigência contratual.
- 9.10** – Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários, nas quantidades e qualidades estimadas, promovendo substituição sempre que necessário;
- 9.11** – A contratada se responsabiliza pela eventual remoção e desinstalação das máquinas, quando houver a necessidade de alteração de local de utilização, correndo por sua conta todos os custos e despesas decorrentes, inclusive transporte.
- 9.12** – Após vencido o contrato, a contratada deverá remover as máquinas das instalações, em até 05 (cinco) dias, deixando o local nas mesmas condições que recebeu.
- 9.13** – Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
- 9.14** – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.15** – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.16** – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.17** – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.18** – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.19** – A contratada designará formalmente preposto, antes do início da prestação do serviço, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto licitado.
- 9.20** – A contratada deverá manter preposto da empresa, com celular com aplicativo de mensagens instantâneas disponível, que possa resolver possíveis problemas que ocorram como alimento preso, devolução de troco, manutenção e outros, durante o período de funcionamento das máquinas.
- 9.21** – A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

**9.22** – As benfeitorias vindas de quaisquer acréscimos ou melhorias realizadas, com autorização da Prefeitura, serão incorporadas ao imóvel, sem nenhum ônus para a contratante, ao final do contrato.

**9.23** – Em nenhuma hipótese poderá a contratada, pleitear indenização ou retenção por obras, cessões, consertos, reparos ou benfeitorias realizadas, ainda que necessárias e úteis.

## **10 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1** – O pagamento deverá ser realizado até dia 05 (cinco) do mês subsequente, via Guia de Recolhimento, ficando a contratada sujeita à multa contratual, acrescido de juros moratórios.

**10.2** - A Contratada deverá encaminhar à contratante, em até 3 (três) dias após o vencimento, o comprovante de recolhimento referente aos encargos mensais. Somente após a comprovação, as obrigações financeiras serão consideradas quitadas.

**10.3** – Caso ocorra atraso no pagamento ele sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião.

## **11 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**11.1** – Poderão participar interessado cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico.

**11.2** – A contratação terá natureza onerosa. No valor ofertado pela exploração da área está incluso a taxa pela utilização de energia elétrica proporcional ao consumo.

**11.3** - A responsabilidade integral pela implantação do sistema recairá sobre a contratada, que deverá arcar com todos os custos e riscos inerentes à instalação, logística de transporte, descarregamento e adequação de acesso. Eventuais intervenções de natureza elétrica ou civil necessárias para a viabilização do ponto de autoatendimento deverão ser executadas por profissionais qualificados e previamente aprovadas pela fiscalização municipal, permanecendo sob ônus exclusivo do particular.

**11.4** - No que tange à ocupação do espaço físico, fixa-se a limitação de 4 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por ponto de instalação. Esta metragem foi dimensionada para permitir a alocação de 01 (uma) máquina de snacks/bebidas frias e, caso seja opção da contratada, 01 (uma) máquina de bebidas quentes lado a lado, resguardando a área necessária para ventilação dos equipamentos, abertura de portas para abastecimento e manutenção, além de garantir o livre fluxo de pessoas e a acessibilidade universal.

**11.5** - O serviço contratado possui natureza continuada, sem exigência de mão de obra em dedicação exclusiva, voltando-se ao atendimento permanente da demanda de fornecimento de alimentação. Ressalta-se que a prestação ininterrupta contribui para o bom funcionamento do órgão, favorecendo a qualidade de vida dos usuários e promovendo melhorias no ambiente institucional.

**11.6** - A área destinada deverá ser equipada com mobiliário apropriado, organizado de forma a garantir livre circulação e acessibilidade aos usuários.



**11.7** - Todos os equipamentos, utensílios e materiais necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada, devidamente identificados como de sua propriedade. Todos os custos relativos ao fornecimento de insumos para abastecimento das máquinas serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

**11.8** – A contratada deverá informar à contratada, por escrito, a relação completa de máquinas e equipamentos que serão utilizados, especificando potência e consumo de energia/água, bem como comunicar qualquer substituição por equipamento de maior potência, observada a capacidade da rede elétrica disponível.

**11.9** - Os funcionários vinculados à contratada deverão estar permanentemente identificados, por meio de uniforme ou crachá, e devidamente treinados para garantir a qualidade do atendimento.

**11.10** - A contratada deverá praticar preços de venda compatíveis com o mercado local, sendo obrigatória a manutenção de valores equivalentes ou inferiores aos usualmente aplicados.

**11.11** - A Administração não assume compromisso quanto a quantidades mínimas ou específicas de produtos a serem comercializados, uma vez que a demanda de consumidores não pode ser previamente garantida.

**11.12** – A contratada deverá manter estoque adequado para reposição imediata dos itens, prevenindo desabastecimento e reclamações dos usuários.

**11.13** - Deverá ser disponibilizado, em local visível, contato de atendimento acessível ao usuário durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

**11.14** – Seguir estritamente as especificações técnicas, onde os materiais/serviços deverão estar em conformidade com o que fora solicitado, material de fabricação, apresentação, condições de conservação.

**11.15** – A contratada deverá atender às regulamentações em vigor atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais/serviços, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante órgãos fiscalizadores do governo ou de autarquias competentes, conforme o caso.

**11.16** – A empresa vencedora deverá atender às exigências de sustentabilidade ambiental. Ressalta-se que as contratações realizadas pela Administração Pública devem primar pela utilização de materiais recicláveis, com vida útil mais longa, que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos, consumam menor quantidade de matéria-prima e energia, e orientem as cadeias produtivas a práticas mais sustentáveis de gerenciamento e gestão. Os materiais deverão apresentar padrões de produção de bens e serviços a partir de critérios, procedimentos administrativos e jurídicos que sinalizem, para o Contratante, os patamares de custos e padrões produtivos/tecnológicos mais adequados sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

**11.17** – O licitante deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.



**11.18** – Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência da contratante.

**11.19** – Será facultada aos interessados a realização de vistoria técnica prévia ao arquivo, com o objetivo de conhecer as condições e particularidades relevantes para a execução dos serviços. A vistoria deverá ser previamente agendada pelo Whatsapp (37) 3229-8101, e acompanhada por servidor designado para esse fim.

**11.20** – A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais objetos do contrato, devendo a contratada assumir os ônus sobre eventuais impactos dessa decisão.

## **12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1** – A detentora da contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**12.2** – É de responsabilidade exclusiva da contratada a disponibilização de equipe própria para a execução de todas as etapas de logística, incluindo carga, transporte, descarregamento, movimentação interna, posicionamento dos equipamentos no local de instalação, montagem, calibração, a operação, o suporte técnico, a manutenção preventiva e corretiva durante o período de utilização.

**12.3** – A empresa contratada será responsável por substituir ou reparar imediatamente, sem ônus para a Administração, quaisquer materiais ou equipamentos que apresentem defeitos de fabricação, avarias no transporte, ou que não estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

**12.4** – A instalação dos equipamentos deverá ser realizada integralmente pela contratada, que responderá por eventuais danos, falhas de funcionamento, ou qualquer intercorrência técnica.

**12.5** – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).

**12.6** – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**12.7** – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**12.8** – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante.

**12.9** – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**12.10** – A contratada não poderá utilizar o espaço para outra finalidade.

**12.11** – A guarda e segurança dos equipamentos são de responsabilidade da contratada, não cabendo a contratante qualquer ressarcimento por furto ou dano, inclusive das lixeiras.

**12.12** – Embora haja serviço de vigilância destinado a preservar a segurança da contratante, cabe a contratada monitorar o acesso e permanência de pessoal estranho ao seu quadro de funcionários, devendo comunicar imediatamente qualquer anormalidade tão logo verificada, prestando os esclarecimentos julgados necessários para o Gestor do contrato.

**12.13** – A contratada não poderá comercializar alimentos in natura, e deverá também zelar para que os gêneros alimentícios industrializados a serem utilizados sejam de procedência reconhecida, qualidade comprovada e sejam comercializados dentro da data de validade estabelecida pelo fabricante.

**12.14** – Garantir as condições ideais de temperatura e validade dos produtos, de modo a não comprometer sua qualidade higiênico-sanitária.

**12.15** – Preservar os alimentos de qualquer contaminação, inclusive pelos produtos de limpeza utilizados pela contratada, bem como por insetos e outros agentes nocivos.

**12.16** – Retirar das máquinas produtos a vencer até o último dia que se encontra como validade na embalagem, e/ou violados por qualquer motivo.

**12.17** – A contratada deverá manter os itens descritos no item 6.7 deste Termo de Referência, com estoque suficiente, evitando falta de produtos e reclamações dos usuários.

**12.18** – A contratada deverá utilizar as instalações exclusivamente no cumprimento do objeto pactuado, correndo a suas expensas a conservação, guarda e manutenção.

**12.19** – Os preços dos alimentos e bebidas deverão ser compatíveis com os praticados pelo mercado local ou inferiores e devem estar devidamente afixados em quadro em local visível.

**12.20** – A contratada deverá estar provida de troco suficiente para o desempenho de suas atividades comerciais.

**12.21** – O pessoal necessário à execução dos serviços objeto da presente contratação, será de exclusiva responsabilidade da contratada, observando-se a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho, mediante legislação vigente.

**12.22** – A contratada deverá manter o seu pessoal devidamente identificado, qualificado e em quantidade suficiente, para a execução do objeto licitado.

**12.23** – Proceder às manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos, de forma a não ocasionar prejuízo à execução dos serviços, não executar modificações nas instalações sem prévia autorização e zelar pelas instalações físicas e responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto.

**12.24** – Indenizar a contratante por quaisquer danos causados às suas instalações, pela execução inadequada da exploração da atividade econômica, por seus empregados e/ou fornecedores, podendo, entretanto, em alinhamento com a gestão do contrato, optar pela reparação dos danos ou reposição dos bens.

**12.25** – Facilitar, amplamente, a fiscalização e supervisão permanente da execução dos serviços e no cumprimento das obrigações pactuadas.

**12.26** – Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação.

**12.27** – Na hipótese de extinção ou rescisão contratual o espaço físico e as instalações deverão ser deixados em perfeitas condições de funcionamento.

**12.28** – Designar um preposto para as seguintes tarefas: coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços; cuidar da disciplina, a apresentação pessoal dos empregados; fiscalizar o uso dos equipamentos, bem como estar sempre em contato com o Gestor do contrato.

**12.29** – Caso a contratada necessite paralisar suas atividades por um determinado período, deverá encaminhar a solicitação, acompanhado da justificativa, à Prefeitura para ser apreciada e se for o caso, aprovada mediante acordo entre as partes, neste caso, sem prejuízo do valor referente ao aluguel.

**12.30** – Recolher o valor licitado mensalmente através da Guia de Recolhimento que será emitida pelo Gestor ou Fiscais do contrato e entregue em mãos, via e-mail ou outro meio de comunicação.

**12.31** – É terminantemente vedada a reemissão pela contratante de Guia de Recolhimento, quer seja pela internet ou outro meio, sujeito a penalidades como multa ou advertência, caso seja necessário, deverá ser solicitado nova guia para a equipe de gestão do contrato.

**12.32** – Apresentar relatório pormenorizado do fluxo de vendas mensal, separado por máquina, à gestão do contrato para acompanhamento.

**12.33** – Máquinas quebradas ou que apresentem defeitos por período maior que 24 (vinte e quatro) horas, ou de forma recorrente, deverão ser substituídas em até 24 (vinte e quatro) horas subsequentes por outras similares.

**12.34** – **Fica proibido a comercialização de:** bebidas alcoólicas; artigos de tabacaria; bilhetes lotéricos; todo e qualquer tipo de medicamento ou produto químico-farmacêutico; jogos de azar; substâncias que causem dependência física e/ou psíquica (Lei nº. 11.343, de 23 de agosto de 2006 e suas alterações).

**12.35** – **Fica expressamente vedada** a exposição e distribuição de propaganda político-partidária e outros tipos de propaganda ou publicidade, exceto as de cunho educativo e previamente aprovadas pela contratante. É proibido colocar letreiros, placas, anúncios, luminosos ou quaisquer outros veículos de comunicação no imóvel sem a prévia e expressa autorização da contratante. Esta medida visa assegurar que todos os materiais exibidos estejam alinhados com os valores e objetivos da instituição, mantendo a integridade e a harmonia do ambiente universitário.

### **13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**13.1** – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratante, de acordo com o contrato e seus anexos.

**13.2** – Permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços.

**13.3** – Disponibilizar ponto de energia elétrica.

**13.4** – Entregar em até 05 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato, o espaço nas condições descritas neste Termo de Referência, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, caso necessário, e previamente informado à contratada.

**13.5** – Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**13.6** – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada.

**13.7** – Emitir as Guias de Recolhimento, referente ao valor mensal da contratação, cujo valor será a somatória do aluguel e taxa de administrativa.

**13.8** – A contratante poderá cancelar a venda de toda e qualquer mercadoria ou produto que julgar inconveniente ao interesse público e a sua imagem, com justificativa.

**13.9** – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Edital.

**13.10** – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada.

**13.11** – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**13.12** – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

## **14 – INFORMAÇÕES GERAIS**

**14.1** – Este Termo de Referência está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar regularmente elaborado, que passa a integrar este instrumento, para todos os fins.

**14.2** – As dúvidas em relação à especificação do item ou outras informações deste documento poderão ser esclarecidas pelo WhatsApp: (37) 3229-8101.

## **15 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO E MODO DE DISPUTA**

**15.1** – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

**15.2** – TIPO: MAIOR DESCONTO

**15.3** – MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

**15.4** – FORMA DE SELEÇÃO DA PROPOSTA/LANCE:

**15.4.1** - Esclarece-se que, por impossibilidade técnica da plataforma eletrônica para este objeto específico, o certame será processado sob o tipo "**Maior Desconto**"

**15.4.2** - Para fins de operacionalização no sistema, a licitante deverá ofertar um percentual que, embora nominado pela plataforma como "desconto", será convertido matematicamente em ágio (acréscimo) sobre o valor de referência (VR).

**15.4.3** - Dessa forma, a aplicação do critério de julgamento observará as seguintes premissas: **a)** a plataforma eletrônica selecionará a proposta que apresentar o maior índice percentual registrado; **b)** o referido percentual será aplicado sobre o valor de referência (VR) para calcular o valor adicional a ser pago à Administração; **c)** a interpretação do termo "desconto" no sistema deve ser lida estritamente como o fator de incremento do valor da outorga, conforme a fórmula estabelecida no **item 15.6** deste edital.

**15.4.4** - Essa medida visa garantir a compatibilidade entre as funcionalidades do sistema eletrônico e o objetivo da licitação, que é a obtenção da maior proposta econômica para o órgão contratante.

**15.5** – O critério de julgamento será o de maior ágio percentual sobre o valor de referência definido no **item 1.4**, sendo obrigatório que o percentual ofertado seja superior a 0,1% (zero vírgula um por cento) na proposta inicial.

**15.5.1** - O percentual de ágio ofertado será convertido em valor monetário e adicionado à outorga mínima. O montante final apurado deverá ser pago à Contratante em parcela única ou parcelada, observando-se o prazo a ser definido no instrumento contratual.

**15.6** - A fórmula de cálculo do valor devido pela contratada:

$$VP = VR \times \frac{D}{100}$$

**D** = “Desconto” ou fator de incremento do valor da outorga em percentual (%) ofertado pela licitante;

**VP** = Valor a ser adicionado ao valor da outorga;

**VR** = Valor de referência.

#### 15.6.1 – 1º Exemplo ilustrativo:

Caso o licitante deseje apresentar proposta/lance para a instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação no **Centro Administrativo (CEAD)** (item 1), o qual apresenta oferta global mínima fixada em R\$ 12.737,88 (VR), conforme tabela do item 1.4:

- “Desconto” ou fator de incremento ofertado (exemplo): 10%
- Cálculo:  $VP = 12.737,88 \times (10 / 100)$
- Resultado:  $VP = R\$ 1.273,78$  (valor a ser adicionado ao valor da outorga)
- Valor final: R\$ 14.011,66 (valor total a ser pago ao órgão contratante).

**15.6.1.1** – Tabela exemplificativa de desconto e resultado de valor da outorga (VR = R\$ 12.737,88):

DESCONTO OFERTADO (D)	VALOR FINAL
10%	R\$ 14.011,66
20%	R\$ 15.285,45
40%	R\$ 17.833,03
80%	R\$ 22.928,18
100%	R\$ 25.475,76

#### 15.6.2 – 2º Exemplo ilustrativo:

Caso o licitante deseje apresentar proposta/lance para a Instalação de máquinas de autoatendimento para exploração de serviços de alimentação no **Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)** (item 2), o qual apresenta oferta global mínima fixada em R\$ 15.631,20 (VR), conforme tabela do item 1.4:

- “Desconto” ou fator de incremento ofertado (exemplo): 33,50%
- Cálculo:  $VP = 15.631,20 \times (33,50 / 100)$
- Resultado:  $VP = R\$ 5.236,45$  (valor a ser adicionado ao valor da outorga)
- Valor final: R\$ 20.867,65 (valor total a ser pago ao órgão contratante).

**15.6.2.1** – Tabela exemplificativa de desconto e resultado de valor da outorga (VR = R\$ 15.631,20):

DESCONTO OFERTADO (D)	VALOR FINAL
10%	R\$ 17.194,32
20%	R\$ 18.757,44
40%	R\$ 21.883,68
80%	R\$ 28.136,16
100%	R\$ 31.262,40

**15.7** – As propostas serão classificadas em ordem crescente do percentual informado, sendo vencedora aquela que apresentar o maior percentual de desconto. Em caso de empate, aplicar-se-ão os critérios previstos na legislação.

## **16 – DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**16.1** – O parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, deve ser considerado no planejamento de compras, conforme estabelecido no Art. 40 da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, o parcelamento pode possibilitar a ampliação da competição, evitar a concentração de mercado e garantir a economicidade na contratação.

**16.2** – O parcelamento por item, em estrita observância ao art. 40 da Lei nº 14.133/2021, será adotado nesta contratação mediante a divisão por local de instalação. Esta modelagem visa ampliar a competitividade do certame, permitindo que empresas de diferentes portes e capacidades logísticas possam oferecer propostas específicas para cada unidade administrativa contemplada..

**16.3** – A divisão em itens independentes por local de instalação é tecnicamente viável, uma vez que o funcionamento de cada ponto de máquinas é autônomo e não depende da integração sistêmica com os demais pontos. Tal medida favorece o aproveitamento das peculiaridades do mercado local e regional, reduzindo custos logísticos que seriam repassados à Administração em uma contratação unificada.

**16.4** – O parcelamento não compromete a padronização do serviço, visto que as especificações técnicas das máquinas e os requisitos de atendimento são uniformes para todos os locais. A gestão de múltiplos contratos é compensada pela maior vantajosidade econômica advinda da disputa acirrada por cada item individual.

**16.5** – Dessa forma, a estratégia de parcelamento por local de instalação atende aos princípios da eficiência e da economicidade, removendo barreiras à participação de pequenas e médias empresas e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para cada ponto de exploração comercial.

## **17 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Não se aplica ao objeto deste Termo de Referência.



## 18 – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia – SEPLAG

**Gestor do contrato:** Thiago Nunes Lemos – matrícula nº 99022775 – Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

**Fiscal do contrato:** Caio Monteiro – matrícula nº 990367961 – Gerente de Planejamento Estratégico

Divinópolis, maio de 2026.

(assinado digitalmente)

**THIAGO NUNES LEMOS**

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(assinado digitalmente)

**CAIO MONTEIRO**

Gerente de Planejamento Estratégico

## **ANEXO: PONTOS DE INSTALAÇÃO**

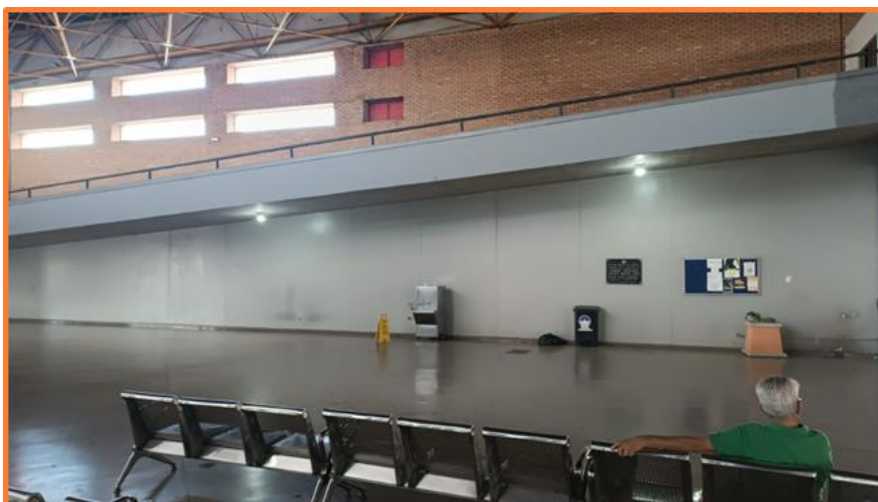
### **ITEM 1: CENTRO ADMINITRATIVO (CEAD)**



### **ITEM 2: CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (CAC)**



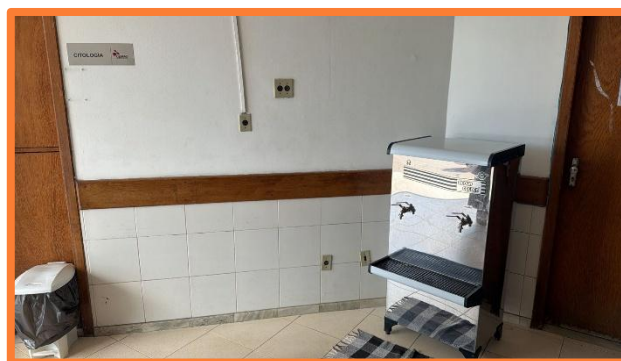
### **ITEM 3: TERMIAL RODOVIÁRIO:**



**ITEM 4: UNIDADE DE PRONTO  
ATENDIMENTO (UPA)**



**ITEM 5: POLICLÍNICA**



## Assinantes



**CAIO MONTEIRO**

Assinou em 28/05/2026 às 11:31:57 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, CAIO MONTEIRO, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



**Thiago Nunes Lemos**

Assinou em 28/05/2026 às 18:23:42 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF \*\*\*.386.796-\*\*.

Eu, Thiago Nunes Lemos, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**6QK-GD9-JLN-WK4**